

## Ela “passa bem”, mas continua feia”: Marina Silva, memes de internet e a questão de gênero<sup>1</sup>

KAHWAGE, Nathália<sup>2</sup>  
LEAL, Mayra<sup>3</sup>  
VASCONCELOS, Natasha<sup>4</sup>  
Universidade Federal do Pará, Belém, PA

### Resumo

Desde as eleições presidenciais brasileiras de 2014, percebe-se a circulação de memes como ferramentas de apoio ou repúdio a candidatos, expressão de opiniões políticas e ciberativismo (CHAGAS *et al.*, 2017). No presente artigo, interessa-nos compreender de que forma se operacionalizaram as críticas pejorativas quanto à imagem de Marina Silva, candidata à Presidência da República nas Eleições 2018 pela Rede. Partimos da hipótese de que as cenas discursivas, construídas pelos internautas nos memes, mobilizam debates caros ao feminismo como a dicotomia público/privado, que reconhece o campo político institucional como espaço marcado por estereótipos de gênero (BIROLI, 2010), pela sub-representação feminina (BIROLLI, 2010; 2014; 2018) e pela violência política sexista (MATOS, 2017). Além da questão de gênero, há outros marcadores que precisam ser levados em consideração nessa análise como raça e classe (CRENSHAW, 2004; LUGONES, 2014; RIBEIRO, 2018) Para testar esta hipótese, fizemos uma análise de conteúdo dos memes imagéticos compartilhados no Twitter após os principais debates eleitorais e entrevistas televisivas com a participação da candidata.

**Palavras-chave:** Gênero; Política; Memes; Eleições

### Introdução

Marina Silva tem 60 anos e começou sua atividade laboral ainda na infância extraíndo latex. Foi vítima de hepatite e malária por três e cinco vezes, respectivamente. Trabalhou como empregada doméstica e alfabetizada aos 16 anos. Em 1980, ingressou na ala progressista da Igreja Católica. Participou do curso de liderança sindical rural, ministrado por Chico Mendes, de quem foi companheira, e atuaram juntos no combate ao desmatamento. Participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 02 - Comunicação e Política, do II Encontro de Pesquisa em Comunicação na Amazônia – EPCA 2018, realizado de 21 a 23 de novembro de 2018, em Belém/PA

<sup>2</sup> Mestranda em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará. Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia. Integrante da Nova Rede de Pesquisa em Feminismos e Política. E-mail: [nathalia.kahwage@gmail.com](mailto:nathalia.kahwage@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestranda em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará. Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia, E-mail: [mayraleal10@gmail.com](mailto:mayraleal10@gmail.com)

<sup>4</sup> Aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará. Integrante da Nova Rede de Pesquisa em Feminismos e Política. E-mail: [natasha.vasconcelos1@gmail.com](mailto:natasha.vasconcelos1@gmail.com)

Em 1986, ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT) e, neste mesmo ano, candidatou-se pela primeira vez a deputada estadual. Em 1988, assumiu como vereadora de Rio Branco (AC) e obteve a maior votação do município, ocupando este cargo até 1990 quando foi eleita deputada estadual também com maior votação entre os concorrentes a vaga. Em 1994, foi senadora da República pelo estado do Acre, revelando-se a mais jovem a ocupar o cargo no país, sendo reeleita em 2002 e retornando ao senado novamente em 2008. Foi ainda, Secretária Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT de 1995 a 1997 e ministra do meio ambiente no governo de Luis Inácio Lula da Silva de 2003 e 2008 (ano em que pediu demissão do cargo). Em 2010, Marina Silva lançou-se oficialmente como candidata à Presidência da República pelo Partido Verde (PV) e conseguiu quase 20% dos votos válidos no primeiro turno, ocupando o terceiro lugar na disputa e tornando-se a candidata mais votada da história da legenda. Em 2014, também concorreu à presidência da República, ficando novamente no terceiro lugar em número de votos. Finalmente, mais uma vez, nas eleições de 2018, Marina candidatou-se pela Rede à Presidência da República. No entanto, teve o pior resultado em eleições presidenciais, ocupando o 8º lugar e pouco mais de 1 milhão de votos.

Apesar da longa carreira política, de atuação na militância e em movimentos sociais, Marina Silva é alvo de críticas que vão desde a aparência física até a (falta) competência como agente política. Sob o olhar do senso comum, é vista como uma figura que costuma “aparecer” apenas durante o período eleitoral. Isto pode ser percebido em espaços relevantes para o debate político no século XXI como as redes sociais online que permitem novas formas de discussão e expressões de opiniões políticas (MAIA *et al* 2011; MENDONÇA *et al*, 2011). Neste contexto, citamos os memes cuja intensa circulação tem marcado as eleições presidenciais no Brasil desde 2014 exatamente por funcionarem como ferramentas que reúnem apoiadores de determinados sujeitos ao mesmo tempo em que permitem a expressão de opiniões políticas e ciberativismo (CHAGAS *et al*, 2017).

Neste sentido, nosso objetivo nesta pesquisa é observar as reações dos internautas por meio de memes do Twitter, durante os principais debates da campanha eleitoral 2018, para compreender de que forma se operacionalizaram as críticas pejorativas quanto à imagem da única candidata mulher à Presidência da República nas Eleições 2018, Marina Silva (Rede).

Por revelarem vieses políticos, os memes também são mecanismos por onde perpassam relações hierarquizadas de gênero. Nesse sentido, elaboramos a seguinte hipótese desta pesquisa: as cenas discursivas, construídas pelos internautas nos memes, mobilizam debates caros ao feminismo como a dicotomia público/privado (OKIN, 2008; PATEMAN, 1993) que reconhece o campo político institucional como espaço marcado por estereótipos de gênero (BIROLI, 2010), pela sub-representação feminina (BIROLI, 2010; 2014; 2018) e pela violência política sexista (MATOS, 2017). Além da questão de gênero, há outros marcadores que precisam ser levados em consideração nessa análise como raça e classe (LUGÓNES, 2008; 2010; HOOKS, 1984; BRAH, 2006).

Para testar esta hipótese, faremos uma análise exploratória dos memes compartilhados no Twitter após os principais debates eleitorais e entrevistas televisivas com a participação de Marina Silva. Não nos debruçaremos na análise textual do objeto e sim definimos como critério de seleção os memes que se utilizam de imagens. Desta



forma, será possível analisar como estas cenas discursivas desqualificam a candidata da Rede e revelam opressões sobre o corpo da mulher por duas principais razões levantadas aqui neste artigo: (1) pela ocupação de um espaço historicamente masculino (política formal); e (2) pelo comportamento público (agente política) incompatível com o papel tradicionalmente feminino na sociedade (SARMENTO, CHAGAS, 2017).

Desta forma, nosso *corpus* corresponde a 98 memes do Twitter que correspondem a reações dos usuários do Twitter as aparições televisivas da Marina Silva nos seguintes canais de televisão: debate da Band (16 memes); debate na Globo (18 memes); debate na Gazeta (3 memes); entrevista no Jornal Nacional (27 memes); debate na Record (2 memes); debate da RedeTV (28 memes); debate no SBT (2 memes).

### **As mulheres e a política: um retrato do Brasil contemporâneo**

Para responder essas perguntas é necessário um breve retorno ao cenário político do Brasil, especificamente para 2016, ano do golpe parlamentar sofrido pela primeira presidenta eleita do país. O esforço midiático para deslegitimar a então presidenta Dilma Rousseff do papel de política deu certo e os comentários sobre ela não ter habilidade política para o cargo eram reproduzidos em cada esquina, em cada página. Analisando a imagem da ex-presidenta na mídia, Rubim e Argolo (2018) nos lembram a fatídica capa da revista *Veja* que ao invés de focar no marco histórico da primeira mulher eleita para o cargo mais alto do país optou por enaltecer Marcela Temer. Posteriormente, a revista destacou os adjetivos *bela, recatada e do lar*, que reflete todo o padrão estereotipado de como a mulher deve ser, se portar e que espaço deve ocupar.

Ao analisar Dilma como uma mulher política, Pinto (2018) observa a resistência apresentada até pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na escolha de Dilma como sucessora de Lula, resistência inclusive para considerá-la política, tanto eram os comentários envolvendo sua competência “exclusivamente técnica”, como se fosse possível separar os cargos importantes que ocupou de todo contexto político tanto de sua vida e militância quanto da atividade fim inerente aos cargos. E destaca ainda, que o processo do impeachment deixou evidente que toda a violência utilizada contra Dilma, através das ofensas sexuais e agressões verbais, refletiam não uma aversão tão somente a mulher na política e sim um preconceito contra mulher.

Esse é um ponto crucial na análise de como as relações sociais são refletidas na arena política, Biroli (2018) destaca a crítica feminista sobre as noções autonomizadas da política que seria a ideia da política como esfera isolada do mundo da vida, da vida em sociedade, significa que as relações de poder na esfera política reproduzem o padrão comportamental e relacional das esferas privada e pública. Essa delimitação de espaços como autônomos não só mantém como reforça a estrutura patriarcal uma vez que historicamente o espaço público e político pertence ao homem. O fato de mulheres ocuparem esses espaços atualmente não elimina a construção masculina dessa estrutura



e a forma como ela opera, daí a importância de incluir nesta análise a sub-representação da mulher no parlamento.

A ONU Mulheres e a União Interparlamentar publicaram em fevereiro de 2017 vários rankings sobre a participação da mulher na política mundial. No ranking de países conforme a participação feminina no parlamento, o Brasil ocupa o 154º lugar, com 10,7% de mulheres presentes na Câmara dos Deputados e 14,8% no Senado Federal, estando, portanto, atrás de todos os países da América Latina. Em levantamento realizado pela organização Gênero e Número, a composição feminina no Congresso Nacional aumentou em 50% nas eleições de 2018 comparando com 2014, e segundo a organização esse aumento não representa necessariamente um avanço da pauta feminista, visto que 29% dessas mulheres integram a bancada governista (de apoio ao Presidente eleito pelo PSL) e 28% integram a oposição. Temos, portanto, uma bancada feminina bem dividida com relação ao posicionamento ideológico e com pouquíssimos pontos em comum, insuficientes para gerar uma unidade mínima para avanço nas pautas.

As problemáticas advindas da sub-representação da mulher nos parlamentos brasileiros são crescentes e deixam cada vez mais em evidência a deficiência da nossa democracia face a impossibilidade de representação de minorias políticas, tais como mulheres e negros. Apesar da crescente, mas insuficiente, presença das mulheres no parlamento é fundamental observar que nem todas as mulheres da chamada Bancada Feminina defendem pautas feministas. Existem duas questões determinantes que separam essas parlamentares e que também vai refletir na atuação delas e naquilo que vão pautar: o debate de gênero e a noção de família tradicional, que abarcam a sexualidade e o controle sobre os corpos e direitos reprodutivos, respectivamente. Essas duas questões em sua forma mais clássica e tradicional reforçam os papéis de gênero já definidos que consiste uma barreira social para os avanços dos direitos das mulheres no que se refere sua liberdade e autonomia e que tem consequências políticas no tocante ao papel da mulher na sociedade e na política.

A ideia de família tradicional e da não redefinição dos papéis de gênero é um aspecto central no debate espinhoso que é debater gênero como questão política. No entanto, esse recorte é amplo e por isso vamos reduzi-lo a análise da mulher na política partindo da noção de mulher não como unidade de pauta, mas como ponto de partida de pluralidade.

A luta das mulheres pelo direito de voto foi mais que uma reivindicação de participação política, foi pelo reconhecimento de sua dignidade e cidadania. A presença das mulheres nos parlamentos seria uma consequência natural dessa conquista, mas na prática isso não aconteceu e desde então o debate sobre a representação feminina na política, ou melhor, sub-representação, tenta identificar as barreiras que as



parlamentares enfrentam na esfera política, desde a campanha eleitoral até o exercício de seus mandatos.

Esta investigação, ao longo dos anos, apontou para as mais diversas causas, desde as estruturas institucionais, eleitorais e partidárias até as sociais e midiáticas. Um aspecto comum a todas elas é a presença explícita ou implícita da violência política sexista. O combate a todas as formas de violência e discriminação contra mulher tem como Marco Universal a Convenção da CEDAW de 1979 que traz um panorama dos padrões históricos e universais de violação, discriminação e violência; das condições de desigualdade da mulher na vida política, civil, econômica, social e cultural; e da reprodução dessas práticas e padrões culturais, que torna diverso o acesso e controle a recursos e oportunidades de tomada de decisão. É evidente que o debate de gênero tomou proporções mais ampliadas nas eleições de 2018 sendo necessário estabelecer parâmetros para analisa-lo enquanto questão política, logo para este artigo reduzimos esse conceito para o objeto mulher parlamentar, mais especificamente buscar identificar como o machismo e sexismo, enquanto violência e discriminação de gênero, operaram através dos memes produzidos sobre a candidata à presidência Marina Silva, nas eleições de 2018 após a participação na televisão.

No I Encontro Nacional da Nova Rede de Pesquisa em Feminismos e Política, que aconteceu em fevereiro de 2018 na Universidade de Brasília, a professora Marlise Matos do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – NEPEM trouxe para o debate uma tipologia de violência relativamente nova na Ciência Política, mas que na prática se intensifica, por mais contraditório que pareça, com a conquista do voto: a violência política sexista. Esta foi uma tipologia muito utilizada em 2016 por aqueles que acreditam que o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff foi, sobretudo, de cunho sexista. Para Matos (2018) essa violência se distingue das demais na medida em que coloca limites na democracia e impacta a produção de políticas para mulheres.

Para Biroli (2016) essa tipologia engloba:

(...) agressões, ameaças, diferentes tipos de assédio, estigmatização, exposição da vida sexual e afetiva, restrições à atuação e à voz das mulheres, tratamento desigual por parte de partidos e outros atores e organizações no que diz respeito a recursos econômicos para campanha política, entre outras formas de violência. (2016, p.35)

A autora chama atenção ainda para o fato da violência política estar ultrapassando as fronteiras parlamentares e representarem um ato de violência contra as mulheres, na medida em que combinam a violência sexual com o desequilíbrio emocional e incapacidade política. A impossibilidade de isolar o que acontece com as mulheres nos parlamentos da violência vivenciada na sociedade é fator determinante para investigar a relação entre as imagens e narrativas construídas nas redes sociais, no



caso da presente pesquisa, no *Twitter*, com a discriminação de gênero na esfera política. As mulheres enfrentam a ausência de arquétipos e modelos plurais de representação, e também de narrativas, Beard (2018) destaca a herança da tradição do discurso associado ao gênero para explicar histórica e culturalmente o pertencimento do espaço público e discurso público ao homem. A autora chama atenção para a origem da literatura ocidental e de como ela é determinante para o silenciamento, ridicularização e apagamento das mulheres no espaço público e de como isso tem efeito no imaginário social, que trata assuntos e vozes de mulheres como não adequados aquele espaço, e consequentemente, à política, masculina em sua essência.

Em sequência, Beard (2018) passa a discutir aspectos do discurso associado ao gênero quando relembra que no mundo clássico discurso público e oratória não são apenas formas e lugar de expressar ideias e se manifestar, são habilidades que definem o gênero masculino, e não só isso, desumanizam quem ousa ludibriar essa lógica, considerando que a mulher que fala em público nem mulher é, nesta definição. E mais, a voz grave masculina indica coragem e a voz fina feminina covardia. O estereótipo tá pronto e acabado no imaginário. Se esses aspectos são por si só definidores de masculino e feminino e o são fundamentais na noção de quem pode pertencer a qual espaço é urgente que possamos redefini-los e nos parece que não criticar a reprodução dessas imagens e arquétipos mais primitivos da mulher na política apenas contribui para a perpetuação dessa cultura do silenciamento e apagamento, e não contribui para a construção de novas referências e representações.

Quando falamos sobre o papel das redes sociais nessa construção é esse um dos pontos que precisamos ter cuidado: a construção de referências. Ribeiro (2018) em “Seja racista e ganhe fama e empatia” fala sobre alguns casos de como a televisão e as redes sociais legitimam a naturalização, relativização do racismo fazendo com que a comoção de crimes contra a propriedade sejam maiores que crimes contra a humanidade, e essa disparidade se intensifica quando você liga a televisão e percebe que os papéis subalternos e marginalizados são dos negros.

Ao analisarmos a figura de Marina Silva e a produção de conteúdos sobre ela, é imprescindível pensar nos aspectos interseccionais que perpassam sua condição e imagem. A interseccionalidade é um termo cunhado por Kimberle Crenshaw e funciona como “uma estrutura provisória que nos permita identificar a discriminação racial e a discriminação de gênero, de modo a compreender melhor como essas discriminações operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras” (2004, p.8).

É importante considerarmos também que Marina é uma mulher nortista, natural do Acre, um estado brasileiro invisibilizado e que muitas vezes não é reconhecido como parte do Brasil. Os nortistas e nordestinos são vistos pelo resto do país a partir do olhar do colonizador, existe uma tendência em criar dicotomias colonizadoras e



diferenciações: norte/sul; índios/civilizados. O que nos leva a pensar que há um cruzamento de categorias. Além de sofrer violência por ser mulher em um espaço hegemonicamente masculino, Marina também sofre violência por sua raça e características fenotípicas, opressões que se cruzam e se sobrepõem, dentro de um sistema colonial de gênero, onde a opressão das mulheres subalternizadas se dá “através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista, e heterossexualismo” (LUGÓNES, 2014, p. 941).

Desta forma, o presente trabalho buscou observar de que forma os memes estão reproduzindo os papéis de gênero através da imagem e narrativa da mulher na política, especificamente aqui sobre Marina Silva no Twitter por meio do descortinamento das estruturas que operam os sistemas de dominação e do combate a noção de autonomização da política.

### **Comunicação digital e visibilidade pública**

Ao analisar a importância da comunicação para a democracia, Wilson Gomes (2018) defende que todos os processos da vida pública - informações científicas e de atualidades, representações, conceitos, pontos de vista - são mediados pela comunicação, dentro da esfera da visibilidade pública. Ressaltando o papel da mídia, o autor afirma que tudo que tem relevância para a comunidade política e para a democracia passa pela mediação da comunicação de massa, dentro de quatro dimensões: a informação, baseada na análise e investigação; a proteção e promoção de direitos; os constrangimentos pós-democracia; e o provimento de conteúdos e ambientes da esfera pública.

Dentro dessa esfera de visibilidade midiática, Gomes (2018) destaca o jornalismo como importante espaço de mediação do debate político, em uma relação em que os cidadãos se informam por meio dos noticiários e legitimam a grande mídia como fonte de confiança para informações políticas, ao mesmo tempo em que os políticos pautam suas agendas e comportamentos por aquilo que o jornalismo apresenta como vontade e prioridade dos cidadãos. Para o autor, a relação entre o conteúdo das mídias tradicionais e das mídias sociais digitais ocorre da seguinte forma: “o jornalismo captura todo conteúdo gerado por usuários nas redes sociais já visível, que depois é recapturado do jornalismo pelos usuários das redes, com visibilidade multiplicada por milhares de vezes” (p. 340). Ou seja, há um ciclo de realimentação que permite cada vez mais a expansão desses conteúdos, onde “mesmo os fatores básicos da interação horizontal são retirados das arenas de visibilidade pública” (p.340).

Se antes a democracia tinha como arena pública os grandes meios de comunicação de massa, hegemônicos, hoje as redes sociais digitais e aplicativos de mensagens simultâneas ajudam a desempenhar este papel. Nas eleições presidenciais de



2018, acompanhamos essa visibilidade pública de massa, a qual Gomes chama de “principal *commodity* para a manufatura de opinião pública e de decisão eleitoral” (201x, p. 340) migrar do jornalismo para as redes sociais digitais, como Twitter, Facebook e Instagram e principalmente para o aplicativo de mensagem instantânea Whatsapp.

### **Eleições 2018: a internet e os memes**

Em um país polarizado, o primeiro turno das eleições 2018 apontava um cenário de incerteza. Liderava as pesquisas o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) e ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que desde abril estava preso pela Operação Lava Jato após condenação em segunda instância por corrupção e lavagem de dinheiro. Em segundo lugar nas pesquisas estava o deputado federal e militar da reserva Jair Messias Bolsonaro, presidenciável pelo PSL. Com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral de indeferir a candidatura do candidato do PT, assumiu a cabeça da chapa o professor, ex-Ministro da Educação e ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad, antes vice da candidatura de Lula. Desta forma, o primeiro turno das eleições foi disputado por 13 candidatos, dentre eles apenas duas mulheres: Marina Silva, presidenciável pela REDE e Vera Lúcia, candidata do PSTU, sendo que Marina era a única a apresentar relevância nas intenções de votos.

Desde o início da campanha, as eleições foram marcadas pelo uso de robôs e disseminação de fake news<sup>5</sup>, que acabaram se intensificando no segundo turno, por sua vez disputado pelos candidatos Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT). O Whatsapp<sup>6</sup> foi protagonista do debate político, por meio da formação de grupos fragmentados, que permitiram a manutenção de bolhas de discussão, nas quais os usuários falavam com e para os seus pares. Dentro desse contexto, outra novidade nas eleições 2018, foi o disparo de mensagens em massa<sup>7</sup>, em sua maioria, favorecendo o candidato do PSL, que foi eleito para presidente.

Além da grande participação dessa ferramenta de mensagem instantânea, outras redes sociais como Facebook, Twitter e Instagram continuaram também tiveram grande destaque e relevância no debate público sobre as eleições. Em seus perfis pessoais ou reunidos em grupos, os usuários criavam conteúdo, repercutiam informações e manifestavam suas opiniões políticas, resultando inclusive em ações fora do meio digital. Um exemplo foi a campanha “#elenão” que surgiu a partir da criação de grupos no Facebook de “Mulheres contra Bolsonaro”. O ativismo que começou no meio virtual

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/08/analise-whatsapp-e-caixa-preta-das-eleicoes.htm>. Acessado em: 12.10.2018

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45910249> / Acessado em: 12.10.2018

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-elei%C3%A7%C3%A3o-do-whatsapp/a-45774238>  
Acessado em: 12.10.2018





tomou as ruas de 114 cidades e se transformou na maior manifestação de mulheres na história do Brasil, assim como na maior manifestação de repúdio contra um candidato<sup>8</sup>.

Dentre tantos fenômenos midiáticos e comunicacionais do último pleito, iremos nos debruçar neste trabalho em analisar a produção de memes nas redes sociais digitais. Analisamos aqui, o conteúdo dos memes compartilhados no *Twitter* após os principais debates eleitorais e entrevistas televisivas com a participação de Marina Silva, na intenção de analisar como estas cenas discursivas desqualificam a candidata da Rede e revelam opressões sobre a imagem da mulher na política.

A escolha pela análise de memes produzidos no contexto dos debates televisivos se deu na intenção de evidenciar de que forma essa produção de conteúdo se insere no processo de mediação, partindo da percepção de Finger & Souza (2012) sobre a segunda tela, onde se cria um canal paralelo de conversação e produção de novos conteúdos. Desta forma, consideramos o *Twitter* uma segunda tela, que neste contexto permite a circulação e recepção de conteúdos midiáticos, em uma lógica participativa.

Chagas (2018) afirma que mesmo antes da era digital e da cibercultura, os memes já faziam parte das eleições brasileiras. O autor considera a percepção de Shiffman (2014) sobre memes como manifestações meméticas que são expressões de criatividade popular, nascidas estrategicamente de campanhas ou da militância e que acabam se tornando parte do imaginário, sofrendo reapropriações ao longo do tempo<sup>9</sup>. Mas foi a partir das eleições para presidente em 2014, que esse tipo de conteúdo ganhou as redes e passou a se tornar crucial para o debate político. Não é à toa que o pleito deste ano ficou conhecido como as “eleições dos memes”, o que muito se deve ao acesso às novas tecnologias e a popularização das mídias sociais digitais. Para Chagas (2018), ao serem incorporados ao debate político, os memes permitem que os indivíduos se familiarizem com a política, pois passando pelo processo de mediação esses conteúdos podem difundir mensagens persuasivas, na tentativa de convencer as massas e incitá-las à ação política. “Com um discurso que realça determinados aspectos de um candidato, um movimento ou uma causa, eles procuram sintetizar pontos positivos ou satirizar pontos negativos, consolidando sua proposta retórica através da metáfora (p. 10).

O autor define os memes políticos como:

(...) fórmulas discursivas ou artefatos culturais que, a partir de uma interação com seus congêneres, e através de um processo de circulação em diferentes redes sociais, são capazes de despertar ou demonstrar o engajamento político do sujeito ou ainda socializá-lo

<sup>8</sup> As informações são da professora Céli Regina Jardim Pinto (UFRGS), em matéria da BBC Brasil: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acessado em: 12.10.2018

<sup>9</sup> Como exemplo, o autor traz expressões advindas da propaganda política ou da militância, como “Lula-lá” ou “Meu nome é Enéas”, “Fora Dilma” e “Não vai ter golpe”.

com o debate público, através de uma linguagem metafórica e orientada à construção de um enredo ou enquadramento próprios, que fazem uso, muitas vezes, de referências da cultura popular (CHAGAS, 2018, p. 10).

Além de definir, Chagas *et al* (2014) estabelecem uma proposta de categorização para memes políticos, a fim de desenvolver uma taxonomia para pesquisas com memes de internet. A tipologia é baseada na divisão de memes proposta por Shiffman<sup>10</sup> (2014) e conta com três tipos ideais:

(a) memes persuasivos, peças estrategicamente construídas para serem disseminadas de modo a angariar apoio a uma determinada proposta ou candidatura; (b) memes de ação popular, aqueles que se caracterizam como um conjunto de imagens que expressam um determinado comportamento ou temperamento coletivo; e (c) memes de discussão pública, os que se ancoram no humor e em situações de evidente incongruência na expectativa do internauta, geralmente identificados como piadas políticas e traduzidos por muitos autores (García, 2015) como uma nova roupagem da charge política e do comentário social (CHAGAS, 2018, p. 10).

É nos tipos b) memes de ação popular e c) memes de discussão pública que o presente trabalho debruça sua análise.

### **Caminhos metodológicos**

Faz-se necessário lembrarmos, neste momento, o problema de pesquisa deste artigo. Nosso objetivo é compreender de que forma se operacionalizaram as críticas pejorativas sobre a imagem da única candidata mulher à Presidência da República nas Eleições 2018, Marina Silva (Rede), observando as reações dos internautas por meio de memes no Twitter, durante a campanha eleitoral 2018.

Para tanto, optamos pelo método de análise de conteúdo conforme as proposições de Bardin (1977). Para tanto, seguiremos a proposta da autora que estabelece três momentos principais: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Nosso ponto inicial é a observação sistemática do conteúdo, mas não só ele. São fundamentais também as considerações sobre as condições contextuais, os sentidos e as expressões mais amplas que podem ser extraídos destes dados, uma vez reunidos. É um procedimento metodológico que se mostrou interessante para a realização de um mapeamento de recorrências e regularidades nos memes que circularam durante os principais debates eleitorais na mídia televisiva em 2018 e que trataram de Marina Silva.

Conforme passarmos pelas etapas da pré-análise, a exploração do material deve consistir apenas na “administração sistemática das decisões tomadas” (BARDIN, 1977, p. 101). Isto é, a partir dos memes postados no Twitter, iremos organizar os principais significantes textuais e desenvolver categorias baseadas nas discussões teóricas existentes sobre os estudos de gênero, comunicação e política.

---

<sup>10</sup> Para Shifman (2014), os memes podem operar de três formas “(1) como instrumentos de persuasão ou advocacy política; (2) como ação popular; e/ou (3) como modos de expressão e discussão pública” (CHAGAS, p.9, 2018)



É um passo importante para identificarmos regularidades no conteúdo produzido pelos internautas no Twitter. Com os dados obtidos com a análise de conteúdo, podemos estabelecer relações entre o material empírico e as teorias, para depois responder a questão: quais os sentidos que revelam os memes sobre Marina Silva enquanto mulher em um espaço tradicionalmente masculino como a política?

A nossa coleta de dados foi realizada entre os dias 3 e 4 de novembro de 2018 por meio da utilização do sistema de busca avançada do Twitter. Nosso filtro de busca foi a palavra "Marina", a localização "Brasil" e o idioma português. O período de tempo filtrado foi a data e os dois dias posteriores dos seis debates televisivos e da entrevista concedida ao Jornal Nacional que a presidenciável participou. Por exemplo, no debate da Rede Bandeirantes em 9 de agosto, colocamos como data a ser pesquisada de 9 a 11 de agosto. Desta forma, pudemos coletar o conteúdo que foi postado durante os debates e sua repercussão nas 48 horas seguintes. Como fator final de seleção das postagens, utilizamos a categoria "fotos" da rede social, o que nos permitiu visualizar o material que utilizavam as imagens como conteúdo principal ou coadjuvante.

A partir disso, eliminamos postagens que não possuíam caráter de meme tal qual o material de conteúdo apenas informativo ou que não contemplavam o nosso objeto de pesquisa. Como critério final, utilizamos a tipologia de memes políticos construída por Chagas (2014) e elegemos como *corpus* da análise apenas os memes de ação popular (tipo b) e de discussão pública (tipo c).

Desta forma, nosso *corpus* corresponde a 98 memes do Twitter que correspondem a reações dos usuários do Twitter as aparições televisivas da Marina Silva nos seguintes canais de televisão: debate da Band (16 memes); debate na Globo (18 memes); debate na Gazeta (3 memes); entrevista no Jornal Nacional (27 memes); debate na Record (2 memes); debate da RedeTV (28 memes); debate no SBT (2 memes). Deixamos de fora dois memes cujos links não estavam mais disponível para acesso. O período em que foram postados os memes foi: debate da Band (09.08.2018); debate na Globo (04, 05 e 06.10.2018); debate na Gazeta (09.08.2018); entrevista no Jornal Nacional (30 e 31.10.2018, e 01.09.2018); debate na Record (29 e 30.09.2018); debate da RedeTV (17.08.2018); debate no SBT (26 e 27.09.2018).

### **Análise exploratória: primeiras impressões**

Esta fase do trabalho ainda é preliminar, pois está em andamento. Ao fazermos a pesquisa exploratória do material empírico o que nos chamou mais atenção foram dois pontos relacionados aos sentidos produzidos nos memes sobre Marina Silva: a) a aparência física; b) (in)capacidade como agente política. No primeiro ponto, a quantidade de memes, a maior parte inclusive (que ainda será contabilizada no decorrer desta pesquisa), tratou de aspectos estéticos como o cabelo "feio" e o peso corporal de Marina considerada magra demais para os padrões sociais. Além disso, os internautas compartilharam com frequência (de antemão, podemos dizer que foram os memes mais compartilhados) imagens de Marina Silva comparada a ETs e animais (cobra e tartaruga). Vale ressaltarmos que isto nos remete tanto ao sentido de padrão estético inadequado ("feia") quanto a possíveis associações de cunho racista.

Um outro discurso muito comum nos memes é seu aparecimento apenas em época de campanha eleitoral, acusação que ela responde com bastante sarcasmo ao dizer que não está nas páginas policiais, uma alusão aos seus concorrentes estarem sempre



presentes nos mais recentes escândalos de corrupção que ganharam destaque nas eleições de 2018. Aliado a isso é inegável que Marina tem uma biografia de superação e um capital político importante, apesar de não ter sido expressivo nas eleições deste ano para a presidência.

Unindo um aspecto ao outro entendemos que a associação da candidata Marina Silva à personagens como a vovó da família dinossauro e o E.T refletem nessa desumanização da mulher que fala no espaço público totalmente interseccionalizada com a questão racial, uma vez que racismo e sexismo são definidores de lugares, narrativas e saberes hierarquizados. Tais referências guardam semelhança também com o processo do impeachment da ex-presidenta Dilma que nas palavras de Pinto (2018) a questão de gênero aflorou da forma mais primária possível. Significa dizer que as associações recorrem aos estereótipos mais comuns que delimitam onde e como a mulher deve atuar e com a consequente desumanização no caso em que esses limites forem ultrapassados.

A delimitação de saberes, lugares e narrativas explica também memes que acusam Marina Silva de não saber sobre o que ela está falando, como se ela não soubesse o que é a política. E neste ponto é comum a deslegitimação que enfrentam as parlamentares que ousam levantar a causa das mulheres como uma questão política em suas plataformas eleitorais. É como se a questão de gênero fosse menos importante do que todas as demais mazelas sociais, o que ignora em absoluto o fato de que o Brasil ocupa as primeiras colocações nos Rankings de países que mais violentam mulheres.

O relato de Nilma Lilo Gomes (2018), do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos, sobre o dia da saída do Governo Dilma pós impeachment demonstra sua desilusão com a política institucional quando diz o seguinte: sabemos que o impeachment era um golpe parlamentar, midiático, jurídico, fundamentalista, de classe, raça, gênero e com orientação). Não podemos deixar de nomear todas as estruturas desse sistema de dominação porque os formatos compreendidos como adequados de representação política passam por essas construções. Neste ponto, destacamos o fundamentalismo religioso para dar conta da associação de Marina Silva à cobra, novamente a desumanização, mas aqui destacada como uma referência incisiva da estigmatização da mulher como amiga da serpente que trouxe vários males ao mundo (Castro, 2018, p. 135)

Após a pesquisa exploratória, nosso próximo passo será, por meio da observação do objeto, traçar categorias de análise que irão compor nosso livro de códigos. Assim, poderemos refinar unidades de referência e iniciar o processo de análise de conteúdo dos memes.

## **Referências bibliográficas**

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEARD, Mary. **Mulheres e Poder: um manifesto**. Tradução de Celine Portocarrero - São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.



CASTRO, Mary Garcia. **O golpe de 2016 e a demonização do gênero.** O Golpe na perspectiva de gênero. Salvador: Edufba, 2018.

CHAGAS, Viktor. **A Febre dos Memes de Política.** Famecos. V. 25, n. 1, 2018.

CHAGAS, Viktor et ali. **A Política dos Memes e os Memes da Política:** proposta metodológica de análise de conteúdo de memes dos debates eleitorais de 2014. Intexto. N. 38, 2017.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

FINGER, C.; SOUZA, F. **Uma nova forma de ver TV no sofá ou em qualquer lugar.** Revista Famecos, v.19, n.2, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Golpe disfarçado de impeachment: uma articulação escusa contra as mulheres.** O Golpe na perspectiva de gênero. Salvador: Edufba, 2018.

GOMES, Wilson. **Teorias democráticas: múltiplos olhares sobre um fenômeno em mutação.** In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; CUNHA, Eleonora Schettini Martins (orgs). Por que a comunicação é tão importante quando se pensa a democracia? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. p. 349-365.

LUGONES, M. **Rumo a um feminismo descolonial.** In: Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Dilma, uma mulher política.** Em O Golpe na perspectiva de gênero. Salvador: Edufba, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RUBIM, Linda. ARGOLO, Fernanda (org). **O Golpe na perspectiva de gênero.** Salvador: Edufba, 2018.

